

CONTAS PÚBLICAS

Eleição determinou redução no crédito estatal

Justificativa foi do presidente do BC para o corte de R\$ 2,5 bilhões nos empréstimos

SORAYA DE ALENCAR e ODAIL FIGUEIREDO

BRASÍLIA – O presidente do Banco Central (BC), Gustavo Franco, justificou o corte de R\$ 2,5 bilhões aos empréstimos a Estados, municípios e empresas estatais, anunciado quarta-feira, com a necessidade de evitar gastos eleitorais. "Não pode haver endividamento perto das eleições", disse Franco, por meio de sua assessoria. Segundo ele, o corte tem o mesmo espírito das restrições previstas na lei eleitoral, segundo a qual o setor público não pode nomear, contratar, admitir ou demitir sem justa causa no período de 90 antes do pleito.

Segundo fontes do BC, o governo espera que Estados e municípios cheguem ao fim de 1998 com uma situação fiscal equilibrada, mas não acredita que o corte possa fazer com que o déficit público fique abaixo dos 6% do Produto Interno Bruto (PIB) já estimados para este ano. "Se o déficit for inferior, será uma surpresa", disse uma fonte do BC. O economista Raul Velloso, um dos maiores especialistas brasileiros em política fiscal, disse que o governo agiu certo ao cortar os empréstimos ao setor público, mas considerou difícil prever o impacto da medida no controle do déficit. "Para calcular esse efeito seria preciso saber quanto o setor público estava

disposto a contratar dos créditos disponíveis", afirmou.

"O governo está fechando as válvulas aos poucos", disse Velloso, lembrando que há dez dias a captação de recursos externos pelas estatais foi condicionada ao abatimento de dívidas. Segundo ele, o corte nos financiamentos deve reduzir a folga de caixa que muitos Estados vinham tendo, desde 97, com a venda de suas empresas de energia. Como esse dinheiro vinha sendo utilizado para pagar dívidas com empreiteiros e fornecedores, que não são registradas no BC, a privatização vinha tendo pouco efeito na redução do déficit dos Estados.

A decisão do governo vai significar um corte de R\$ 2,5 bilhões nas disponibilidades de empréstimo ao setor público do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e da Caixa Econômica Federal. Em consequência da medição, muitos municípios deixarão de receber empréstimos da Caixa neste segundo semestre, disse o secretário-executivo do Ministério da Fazenda, Pedro Parente.

O governo determinou ainda que os bancos federais só podem conceder empréstimos aos Estados e ao Distrito Federal para refinanciamento de dívidas com a União ou para saneamento ou privatização de bancos estaduais. Parente lembrou que, com essa ressalva, as operações acertadas dentro do programa de rolagem das dívidas estaduais pelo Tesouro Nacional estão fora da restrição.

MEDIDA TERÁ POUCO IMPACTO NO DÉFICIT PÚBLICO

■ Colaborou La. Aiko Ohta